

Salomé Ramos de Sá
André Luís Lima Nogueira

**COMUNIDADE
QUILOMBOLA
DE PEDRA BRANCA-
VARGEM ALTA (ES):
HISTÓRIA E
RESISTÊNCIA**

Salomé Ramos de Sá
André Luís Lima Nogueira

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
PEDRA BRANCA- VARGEM ALTA (ES):
HISTÓRIA E RESISTÊNCIA**

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing
São Mateus
2025



Comunidade quilombola de Pedra Branca - Vargem Alta (ES): História e resistência © 2025, Salomé Ramos de Sá e André Luís Lima Nogueira.

Orientador: Prof. Doutor André Luís Lima Nogueira.

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Instituição: Centro Universitário Vale do Cricaré – UNIVC.

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing

Diagramação: Ilvan Filho

DOI: 10.29327/5663202

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S111c

Sá, Salomé Ramos de.

Comunidade quilombola de Pedra Branca - Vargem Alta (ES): História e resistência / Salomé Ramos de Sá, André Luís Lima Nogueira.

São Mateus, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2025.

44 p. : il. foto. color. ; 21 cm.

ISBN 978-65-6013-153-8

1. Quilombos - História. 2. Pedra Branca (Vargem Alta, ES). I. Título.

CDD – 305.89608152

Bibliotecária Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino – CRB5 1956

Sumário

Introdução	05
Caracterização geral do município	07
Sobre a Comunidade Quilombola de Pedra Branca	11
Apresentação e Análise das entrevistas	14
Conclusão	34
Referências	38
Os autores	43

Introdução

A proposta de mapeamento documental dessa pesquisa passa pelo reconhecimento da cultura de ancestralidade das comunidades quilombolas a partir do registro de narrativas, histórias e saberes que refletem e fortalecem a identidade e a cultura de comunidades quilombolas. Para que isso aconteça é preciso utilizar livros, fotografias, entrevistas e eventos culturais dando voz às próprias comunidades e valorizando as práticas ancestrais, a memória e a resistência.

Imagem 1- Comunidade de Pedra Branca. Vargem Alta.



Fonte: Secretaria Estadual de Direitos Humanos. 2021.

As comunidades quilombolas seguidamente enfrentam dificuldades de efetivação de política pública em seus territórios, mesmo quando já foram reconhecidas e tem o título da terra como é o caso da Comunidade de Pedra Branca. Portanto, desejamos contribuir para o reconhecimento deste grupo, defendendo que os mesmos possam escutar, mas principalmente falar, propondo políticas públicas que possam mudar suas vidas para melhor. Nessa pesquisa, queremos propor formas de fazer esse mapeamento colaborativo. Não basta apenas resgatar documentos, mas também conversar sobre a importância já que significa mudar a vida das pessoas no território. A imagem 1 mostra a comunidade de Pedra Branca.

Caracterização geral do município

Segundo a pesquisa de Sampaio (2019) ao trazer elementos sobre a comunidade Quilombola em Pedra Branca tudo começou a partir da existência de três fazendas com a presença de negros escravizados: no período colonial era a Fazenda São Pedro, posteriormente a Fazenda Pedra Branca e a Fazenda Santo Antônio, segundo o depoimento de “Luiz Gama”), morador antigo da comunidade Pedra Branca. O relato com detalhes acerca da forma como a fazenda era organizada está presente em vários materiais sobre quilombos e quilombolas conforme afirmação de Gasparini (2003):

Como na Fazenda anterior, esta tinha também os seus barracões para abrigar os escravos, o quitando com sua roda d'água para fabricar a farinha de mandioca, o alambique para a fabricação da água ardente, a caieira para a fabricação da cal e outras construções menores, sem destinação fixa, para destinação das tralhas sem serventia (Gasparini, 2003, p.52).

A transformação do nome da comunidade também reflete sua evolução histórica. Originalmente conhecido como São Pedro, devido à Fazenda São Pedro, o território passou a ser chamado de Fazenda Pedra Branca em razão das pedreiras de mármore que foram exploradas na região (Sampaio, 2019).

O nome Fazenda Pedra Branca surgiu por causa da existência de pedreiras com pedras brancas e era uma das menores fazendas da região. Na atualidade não existe mais alambiques, apenas o plantio de café e o trabalho com pedras ornamentais (Sampaio, 2019).

Imagem 2. Mapa do município



Fonte: Prefeitura de Vargem Alta.

Disponível em: <https://www.vargemalta.es.gov.br/secretaria/popup/3>.

A comunidade se encontra em uma área rural cercada por montanhas, florestas e plantações de café, e é cortada por um rio que percorre toda a sua extensão. Essa localização, além de moldar o modo de vida dos moradores, define como atividades econômicas e culturais da comunidade, como a agricultura familiar e o isolamento de mármore, que são fontes importantes de renda (Sampaio, 2019, citado por Thomazini, 2024, p.19).

Como supramencionado, a comunidade de Pedra Branca recebeu o certificado como Comunidade Quilombola pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2010. A comunidade constituída a partir de 1886, está localizada na Região Serrana e Montanhosa do Município de Vargem Alta, aproximadamente 170 km da Capital do Estado. A obtenção da Certidão como Comunidade Quilombola se deu em 9 de dezembro de 2010, por meio do Processo Fundação Cultural Palmares nº. 01420.007381/2010-50.

As pesquisas iniciais sobre aquele território teve início com moradores do município impulsionados pela presença da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e quilombolas (CONAQ) que passou a orientar a comunidade como atuar para conseguir a certificação e contribuiu com a formação de uma Comissão Quilombola para fazer a interlocução com agentes externos. Foram encontros, reuniões, participação em eventos que despertou nos moradores vontade de saber mais sobre sua história, e em cada conversa acontecia o amadurecimento de ideias e o fortalecimento do grupo, que culminou no processo de pertencimento tornando os sujeitos capazes de reunir elementos que permitiram construir caminhos onde pudessem buscar ajuda qualificada para conseguir o reconhecimento da terra.

Segundo relatos dos moradores, na época, o representante da CONAQ conseguiu se reunir com quase todos, organizou uma forma de convidar os moradores deixando sempre um responsável para percorrer as casas e assinar ou sinalizar confirmando o recebimento do convite que nem sempre eram impressos, muitas vezes eram verbais, o importante era que todos os moradores fossem convidados para discutir sobre a possibilidade de serem reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares como quilombolas. Após constatações que se deram, principalmente, pela memória dos mais velhos quando relatava suas “brincadeiras” enquanto crianças, tais como o jongo, caxambu, maculelê, as cantigas de roda, os moradores demonstraram grande interesse em serem reconhecidos como quilombolas.

A preservação da cultura é de extrema importância para os quilombolas e foi impulsionada em 2013 por um projeto da professora Antonieta de Barros em 2013, que recuperou a história oral dos moradores mais antigos e trouxe de volta à vida essa importante tradição (Sampaio, 2019).

Existe uma diversidade religiosa grande e a maioria é católico. Na comunidade tem um centro de umbanda e também uma igreja evangélica. As festas religiosas fazem parte do calendário da comunidade e servem para fortalecer os laços entre moradores.

Sobre a Comunidade Quilombola de Pedra Branca

Citamos aqui várias ações de fortalecimento da comunidade a partir de parcerias com a universidade, empresas privadas e e governo estadual. Entre 2007 a 2018 a comunidade recebeu a presença da Universidade Federal do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) e do polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ofertando formações continuadas que contribuíram para dar visibilidade às comunidades quilombolas situados no território capixaba, além dos contatos com a Coordenação de Estudos da Cultura Africana e Afro-brasileira de Vargem Alta (CEAFRO-VA).

Em 2011, uma ação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG) dentro do Programa Valorização da Juventude Rural, visando oferecer novas tecnologias e informações, segundo as oportunidades da região, disponibilizando laboratórios digitais composta por um kit contendo: servidor de rede, microcomputadores, notebook, impressora laser monocromática, estabilizador nobreak, Access Point, máquina fotográfica digital, projetor multimídia, Home Theater, TV 29, Microsystems, tela para projeção com tripé, mesa para computador, mesa para impressora, mesa para projetor e cadeira giratória. Além da aquisição de aproximadamente 500 títulos

da biblioteca quilombola em 2011, a valorização cultural que leva o grupo de danças e capoeira apresentarem dentro ou fora do município, dentre outros conquistas mesmo que a passos lentos.

Outra contribuição significativa foram as palestras ministradas na comunidade por Leonardo Ventura, membro da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Monte Alegre, que proporcionou pontes e diálogos entre as comunidades, discussões e iniciativas no sentido da ressignificação e afirmação das identidades quilombolas, bem como as formas de organização e luta da vida social coletiva para a viabilização do reconhecimento da comunidade aqui estudada. Ele falou, sobre a visibilização cultural que vivenciava em sua comunidade e as oportunidades que teriam direito em relação à agricultura familiar e comercialização dos produtos produzidos. O assunto correlacionado foi importante no início desta construção identitária.

O Balcão de Direitos, iniciativa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trouxe vários graduandos do curso de direito e seus respectivos professores para reuniões mensais, objetivando orientar sobre os direitos quilombolas, esclarecendo como os moradores dessa localidade podem acessá-los mediante suas necessidades. Isso possibilitou os moradores que não tinham seus documentos, como: RG e CPF pudessem tira-los. Também oficializou o casamento civil para os interessados que tinham uma vida marital.

O SENAC de Cachoeiro de Itapemirim passou a “apadrinhar” a Comunidade, levando anualmente, uma ação social da qual os quilombolas podem e têm direitos a receber os serviços de higiene e de beleza, estimulando a busca pela autoestima e valorização pessoal.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Vargem Alta passou a atender a comunidade oferecendo cursos variados para os moradores principalmente das casas populares para que pudessem desenvolver atividades no sentido de ajudar no orçamento da casa.

Nessa perspectiva, é possível acompanhar a mobilização de órgãos (de diferentes esferas) do poder público contribuindo para a aquisição de direitos e reconhecimento da comunidade estudada. Entretanto, tais ações só se concretizaram em razão da luta e da organização da própria comunidade em torno de sua identidade social e cultural como remanescentes dos antigos quilombos da região. Ou, dito em outras palavras, como ocorrera com outros espaços Brasil afora, a melhoria das condições de vida e a visibilização desses grupos são angariados de forma processual – e, não raro, demorada – e depende diretamente da ação de suas lideranças e moradores em âmbito mais geral para a garantia dos direitos constitucionais, como discutido no capítulo 2 de nossa dissertação.

Apresentação e análise das entrevistas

Esse tópico visa apresentar o resultado das entrevistas realizadas no Quilombo de Pedra Branca por meio da produção das narrativas e da observação dos elementos dialógicos presentes nessas “falas” com a finalidade de propor significados e sentidos a eles. Para Flick (2013), esse tipo de pesquisa considera elementos subjetivos, de “experiência de si”, pois possibilita uma descrição de elementos sociais, bem como do território em que estão as participantes da pesquisa.

Considerando que análise das entrevistas se faz a luz das narrativas como processos de conhecimento que partem das memórias, contradições e formas de ler o mundo pelas relações nos territórios (PENA; RÉDUA, 2023, p.75).

A imagem 03 representa o momento em que a pesquisadora foi participar de uma reunião com lideranças do quilombo para conhecer mais o local e pedir autorização para escrever sobre a comunidade. O Quilombo de Pedra Branca tem 115 famílias, residentes totalizando 404 moradores, sendo que 224 se declaram do sexo masculino e 180 do sexo feminino, subdivididos em 47 crianças, 77 adolescentes, 228 adultos e 52 idosos segundo o DATASUS.

Imagem 3- Primeira reunião com lideranças do Quilombo de Pedra Branca.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Tabela 1. Caracterização dos respondentes da comunidade quilombola.

Nome	Idade	Representação na comunidade
Luiza Mahin	39	Professora quilombola
André Rebouças	29	Professor
José do Patrocínio	88	Morador mais antigo
Dandara	85	Moradora mais antiga
Teresa de Benguela	65	Mobilizadora cultural
Carolina de Jesus	60	Mobilizadora cultural
Mãe Gilda	62	Representante de matriz africana

Fonte: elaboração da autora.

Nesse momento da pesquisa, preferimos dar nomes fictícios aos respondentes, garantindo-lhes o devido anonimato em confluência com as determinações do Conselho de Ética, que colaboraram respondendo às perguntas do roteiro de entrevista.

As fontes de inspiração foram homens e mulheres negras que com sua coragem fizeram a história de resistência nesse país.

A análise das respostas se deu a partir de palavras chave como “memória”, “tradição”, “cultura”, “resistência”, “comunidade quilombola” visto que os respondentes foram tímidos nas respostas.

👤 PROFESSORES DA ESCOLA QUILOMBOLA

LUIZA MAHIN

1- Para você o que é memória?

Resgate da Lembrança.

2- Existe algum trabalho na escola direcionado para a manutenção das expressões culturais quilombolas (brincadeiras, danças e práticas corporais)?

Inexistente.

3- Há expressões linguísticas ou palavras próprias da comunidade?
Quais ainda são usadas na linguagem cotidiana da comunidade?

Não existe.

4- Qual a relação da escola com os mais antigos da comunidade?

Eles são convidados para falar sobre como era à comunidade?

Quais são as construções mais antigas?

Onde estão localizadas?

Por que são importantes?

Não existe relação com os mais antigos e nunca são convidados para contar a história da comunidade. As construções mais antigas são as fazendas e a igreja católica que tem mais de 80 anos de construção. Todas as histórias que conhece é porque a “tia” que dança no grupo de Jongo contava sobre o primeiro terreiro.

5-Você é moradora desse território ou apenas vem para dar aulas?

Sim (x) Não ()

ANDRÉ REBOUÇAS

1- Para você o que é memória?

Estudou nessa escola e tem lembranças gratificantes desse tempo.

2- Existe algum trabalho na escola direcionado para a manutenção das expressões culturais quilombolas (brincadeiras, danças e práticas corporais)?

Não conhece nenhum trabalho feito pela escola.

3- Há expressões linguísticas ou palavras próprias da comunidade?

Quais ainda são usadas na linguagem cotidiana da comunidade?

Não existe

4- Qual a relação da escola com os mais antigos da comunidade?

Eles são convidados para falar sobre como era à comunidade?

Quais são as construções mais antigas?

Onde estão localizadas?

Por que são importantes?

Não existe relação com os mais antigos.

5- Você é moradora desse território ou apenas vem para dar aulas?

Sim (x) Não ()

b) MORADORES

MAIS ANTIGOS

JOSÉ DO PATROCÍNIO

1- O (A) senhor (a) vive nesse quilombo desde o nascimento?

75 anos.

2- Se sim, pode contar a história que conhece ou que ouviu falar?

Trabalhou no cemitério dos escravos-Ruído de correntes.

3- Como a história e memória dos (as) moradores (as) é tratada pelo Poder Público Municipal?

Não é tratada.

4- Como é a relação de parentesco/vizinhança entre moradores e moradoras?

Boa convivência.

5- Que manifestações culturais são preservadas por todos (as)?

Caxambu nas casas. Participou muito quando era novo.

6- Alguém é contrário à continuidade dessas manifestações?

Ninguém é contra essas manifestações.

DANDARA

1- A senhora vive nesse quilombo desde o nascimento?

64 anos que vive no quilombo. Antes era moradora de Cachoeira Alta.

2- Se sim, pode contar à história que conhece ou que ouviu falar?

A sogra é quem contava as histórias sobre escravos. Acerca de pedra do cemitério foi feita por escravos. Ela ouviu dizer que tinha muitos escravos na fazenda e muitos deles foram enterrados no cemitério dos escravos. Também achavam muitas correntes e ossos.

3- Como a história e memória dos (as) moradores (as) é tratada pelo Poder Público Municipal?

Às vezes a prefeitura faz alguma atividade.

4- Como é a relação de parentesco/vizinhança entre moradores e moradoras?

A relação é tranquila

5- Que manifestações culturais são preservadas por todos (as)?

Reconhecimento do Caxambu é recente porque a maioria das pessoas não conhecia.

6- Alguém é contrário à continuidade dessas manifestações?

Algumas pessoas mais jovens têm medo da cultura negra.

c) ARTICULADOR CULTURAL

TERESA DE BENGUELA

1- A senhora é agente cultural (produtor/artista/articulador) há quanto tempo?

11 anos. É mestre de Caxambu. Produz atabaque, tambores e casaca. Também produz artesanato com fibras de bananeira e taboa. Conheceu essa forma de artesanato com 06 anos na comunidade de Santo Antônio.

2- Como se tornou agente cultural (produtor/artista/articulador)?

Através do filho, Alex Ravera que faleceu em 2019.

3- Você acha importante a preservação cultural mantida pelos quilombolas?

Muito importante.

4- Você já organizou evento/festival em algum quilombo da cidade de Vargem Alta/Muqui?

Apresentação do grupo de Caxambu em Muqui.

5- Já participou de algum processo de luta dos quilombolas através de uma atividade cultural?

Não.

6-Já recebeu recursos pelo desenvolvimento de um projeto cultural em território quilombola?

Sim. Pela SECULT.

CAROLINA DE JESUS

1- A senhora é agente cultural (produtor/artista/articulador) há quanto tempo?

11 anos. Sempre é convidada para participar do grupo de dança de caxambu.

2- Como se tornou agente cultural (produtor/artista/articulador)?

A convite do sobrinho.

3-Você acha importante a preservação cultural mantida pelos quilombolas?

Resgate da tradição pra passar de geração em geração.

4-Você já organizou evento/festival em algum quilombo da cidade de Vargem Alta/Muqui?

Não. Mas sempre participa do grupo de dança de Caxambu em vargem Alta.

5-Já participou de algum processo de luta dos quilombolas através de uma atividade cultural?

Não.

6-Já recebeu recursos pelo desenvolvimento de um projeto cultural em território quilombola?

Não tem conhecimento de pagamento. Mas tem participado de palestras que tratam da questão quilombola.

♪ REPRESENTANTE DE MATRIZ AFRICANA

MÃE GILDA

1- A senhora é desse território desde criança?

Sim.

2- Como é a sua relação com demais membros da comunidade como representante de religião de matriz africana?

A relação com a dona do terreiro e demais membros sempre foi de afastamento. Já comigo é uma relação mais tranquila.

3- Você acha importante a preservação cultural mantida pelos quilombolas?

Sim

4- Como a religiosidade pode ajudar nesse processo? Por quê?

Através das rezas e benzimentos que trazem mais segurança e curam doenças. Os momentos de rezas são de solidariedade e alegria pelo encontro de fé.

A análise das respostas foi realizada a luz dos conceitos de memória; quilombos; direito à terra; tradição; resistência e pertencimento, para formar o entendimento vivido por aquelas pessoas até o momento atual.

A luta pela existência a partir da preservação e continuidade no território é uma constante na vida das comunidades quilombolas. Não são apenas estratégias organizadas pelos grandes fazendeiros para retirar essas pessoas do seu local de origem. Sempre que pesquisadores vão até o território para

analisar como vivem, como constroem o processo de resistência, como conseguem parcerias para conseguir a titularidade da terra e usam a memória dos conflitos existentes não apenas naquele território para saber o que fazer. Essa tem sido a luta empreendida pelos quilombolas de Pedra Branca. Durante muitos anos não sabiam o que fazer para conseguir o seu objetivo, mas o fortalecimento da identidade criou entre essas pessoas o sentimento de unidade e organização da luta.

Usando o que é dito por Oliveira (2005) acerca do território em seu estudo em torno do sujeito do direito, assim como os procedimentos de titulação de terras e os órgãos responsáveis percebe-se que território é um:

[...] um espaço físico comunitário visível e um bem de natureza simbólica a partir do qual se estabelecem vínculos entre os membros do grupo e deles com uma realidade invisível, aquela da crença na sua ancestralidade comum. Esta crença é elaborada em interação com uma permanente experiência de organização comunitária em defesa da indivisibilidade da terra (OLIVEIRA, 2005, p. 235).

Esse entendimento de Oliveira (2005) corrobora com a visão histórica de que território está relacionado ao quilombo como lugar de morada ou acampamento, lugar de manutenção de costumes, crenças e cultura de povos. Aliás, esse tipo de percepção pode ser observado tanto nos estudos acerca dos “quilombos históricos” do contexto colonial português e imperial (1822-1889) como na percepção da resistência e afirmação identitária das atuais comunidades remanescentes de quilombo. Dessa forma, é adotada a redefinição trazida

na Constituição Cidadã de 1988, definindo o termo remanescentes quilombolas no art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 da seguinte forma:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Marques (2009, p.346) afirma que: “Tal ressemantização nos interessa, pois permite aos grupos que se auto identificam como remanescentes de quilombo ou quilombola uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direito”.

Isso significa reafirmar o quanto ele é território e lugar de pessoas lutas “Na versão ressignificada, que exprime um direito a ser reconhecido em suas especificidades e não apenas um passado a ser rememorado. Ele é a voz da cidadania autônoma destas comunidades” (MARQUES, 2009.p. 350).

Desse modo, a Comunidade Quilombola de Pedra Branca representa, igualmente, um território vivo, dinâmico, que consegue ressaltar a voz dos indivíduos que compõem a comunidade, que se reconhecem, conforme definição de Arruti (2008, p.03):

[...] eles seriam caracterizados também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo à sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras [...] (ARRUTI, 2008, p.03).

Essa realidade de construção de identidades, de associações (e, por vezes, disputas) dentro da própria comunidade, da organização de lideranças para a garantia de direitos junto aos poderes públicos nos apresenta uma realidade, em geral, multifacetada. Na comunidade aqui estudada isso não se apresentou de modo diferente. Assim, ao entrevistarmos, por exemplo, Dandara, em sua fala ela reconhece, intrinsecamente, as dificuldades de mobilização, ao destacar que “o reconhecimento do Caxambu é recente porque a maioria das pessoas não conhecia”. Afirmando, na sequência, que as “pessoas mais jovens” teriam medo (o que poderia ser lido como certa aversão, ou despreocupação em reafirmar certas identidades) da “cultura negra”. Segundo Furtado, Sucupira e Alves (2014):

A cultura é o que nos faz e nos torna o que somos ao crescermos em um determinado ambiente. Trata-se da forma autêntica e local de cada povo se constituir e resistir à força globalizante que busca homogeneizar as diferenças. A proposição comum a muitos estudos sobre esse tema é a de que cada cultura consiste em um universo simbólico em si mesmo, de cada povo, organizado socialmente de maneira coerente e limitada (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p.107).

É possível identificar esse orgulho do “fazer e fortalecer a cultura negra” através das apresentações de Caxambu nas respostas de Teresa de Benguela que atua como mestra de Caxambu e artesã é possível identificar orgulho dessa tradição que começou quando ainda era criança e seguiu sendo fortalecida pelo filho enquanto ainda estava vivo.

No entanto, Teresa não faz essa articulação de que através da cultura ela está fortalecendo a luta quilombola dentro e fora do território. Existe por parte dos produtores culturais um trabalho de reconhecimento da manutenção da tradição participando de atividades em outros municípios e recebendo por estas apresentações. As mestras de Caxambu que forma entrevistadas informaram que passaram a atuar como produtoras a partir do estímulo de seus sobrinhos. Ou seja, mesmo que tenha jovens no território que não deem muito valor ao fortalecimento e manutenção dessas tradições, também existem aqueles que por terem sido criados em um ambiente em que a resistência se dá pela cultura que continuarão fazendo essa movimentação no território.

Tal realidade igualmente pode ser observada nas respostas dadas por Carolina de Jesus que como produtora cultural se mostra bastante orgulhosa do que faz. Recebe convites para apresentações e independente de pagamento gosta de participar para falar sobre quilombolas. Não consegue perceber que ao tratar da questão quilombola já está fazendo preservando essa importante tradição e expressando seus valores, significados e princípios como grupo social. Pelas respostas de Carolina de Jesus foi possível perceber que a voz dos/as respondentes precisa ser consolidada como parte da dinâmica de manutenção da memória e resistência manifestada

Assim, na fala das pessoas envolvidas no processo de afirmação da comunidade de Pedra Branca como uma comunidade remanescente de quilombo, com todas as implicações e impactos políticos e jurídicos que, em âmbito geral, podem beneficiar aquela coletividade, percebemos os diferentes posicionamentos e percepções de condutas por parte dos moradores mais engajados e ativos nesse processo de afirmação. O que nos mostra, também para o caso aqui estudado, os caminhos (por vezes, tortuosos) e as polivalentes formas de afirmação de identidades socioculturais.

Moura (1992, p.87) afirma que “o quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse” pela sua capacidade organizativa usando estratégias de deslocamento, destruição de roças, plantio de novas roças, estabelecimento de novos sistemas de defesa. Era reação organizada de quem muito trabalhava, mas não tinha direito a nada porque era objeto, sub-humano.

O caxambu ao longo da história do estado do Espírito Santo (ES), tem importância ímpar no fortalecimento da identidade cultural, da memória e tradição das comunidades quilombolas. Tem sido transmitida oralmente de geração em geração através da música, dança e canto que conta a história, os valores e as crenças das famílias sendo essa manifestação um processo de narração de luta coletiva e organização social por liberdade.

O caxambu também dá sua contribuição ao garantir a visibilidade que promove a discussão sobre a importância do acesso a políticas públicas e direitos. O caxambu também conhecido como jongo é uma prática cultural de grande importância também econômica para os municípios em que a manifestação acontece como na Comunidade de Monte Alegre em Cachoeiro de Itapemirim, Festa de São Benedito em Conceição da Barra e São Mateus, Festival do Caxambu em Vargem Alta, Festival do Jongo e Caxambu em Marataízes.

Segundo Augé (1994) o lugar tem um sentido identitário visto que as pessoas nascem ou vivem em um lugar tradicional ou antropológico e tem sua vida delimitada pelo território que passa a ser visto em seu caráter cultural, “como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert, 2010, p. 40).

No ano de 2005, o “Jongo do Sudeste” foi reconhecido como um bem cultural tendo o registro de sua história contado no livro das Expressões do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como Patrimônio Cultural brasileiro. Essa ação foi fruto da articulação realizada durante a discussão da aprovação da Constituição Federal de 1988, quando foi aprovado os artigos 215 e 216 que tratam das garantias “teóricas” de direitos culturais e dever do Estado, no que tange ao apoio e incentivo a valorização das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras. Data dessa época o interesse na preservação da memória nesses lugares e a percepção de que era preciso resguardar essa tradição e de que a universidade poderia contribuir para tal.

Fazendo valer seus direitos respaldados pela Constituição Federal e reafirmados nos documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO) é que os jogueiros passaram a cobrar do poder público o reconhecimento e mesmo tratamento dado as manifestações culturais desenvolvidas por outros agrupamentos. Em dezembro de 2007, foi um ano importante para esse movimento de preservação, articulação, distribuição, qualificação, difusão e divulgação de produtos culturais a partir das parcerias visando a construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais. O jongo/caxambu tem sido utilizado como um instrumento de luta na manutenção e resistência da cultura afro-brasileira. (Mardgan, 2016).

São diversas as ações e grupos de pesquisas nas universidades visando resgatar e sistematizar essas iniciativas de reativação do jongo e caxambu no estado. São 24 grupos catalogados e que recebem a ajuda de programas de extensão com a realização de Encontros Estaduais.

Retomando os demais conceitos trazidos pelos respondentes é possível tratar quilombo como resistência cultural conforme posicionamento da mestra de Caxambu e demais mulheres que compõe o “Grupo Fé, Raça e um só Coração”, responsável pelo Festival de Caxambu de Vargem Alta que acontece anualmente na comunidade e retomou suas atividades em 2017, conforme mostrado na imagem 4, 5, 6, 7.

Imagem 4- Oficina corporal entre mulheres da comunidade quilombola de Pedra Branca e mulheres da associação francesa Femmes en Scène, de Saint-Silvain-Bas-Le-Roc, França. 2024.



Fonte: SECULT, 2024.

Disponível: <https://www.es.gov.br/Noticia/mulheres-quilombolas-de-vargem-alta-apresentam-trabalho-cenico-nesta-sexta-feira-22>. Acesso em abr. de 2025.

Imagem 5- Festival de Caxambu de Pedra Branca.



Fonte: Foto de Victor Hugo Amorim.

Outra forma de preservação/continuidade encontrada por esses grupos é através da formação de bandas de congo mirim como forma de salvaguarda desse patrimônio imaterial para manutenção dessa manifestação por gerações. O Professor Doutor pesquisador Osvaldo Martins, ressalta que o patrimônio cultural das comunidades tradicionais:

“é a herança recebida pelos antepassados e a transmissão para as novas gerações”: Nessa preocupação com o futuro, está a noção de “salvaguarda” do patrimônio cultural, sobretudo entre os integrantes de comunidades que organizam grupos de jongos e caxambus. Concluiu afirmando que a consciência étnica dos direitos à diferença cultural e ao território move essas comunidades para projetos políticos que contemplam a transmissão cultural de saberes para as novas gerações, não para que sejam absolutamente nova nas maneiras de pensar, viver e fazer, mas para que o novo mantenha a memória e finque suas raízes de forma profunda nos territórios do passado, nas tradições e mova a consciência para um futuro melhor (Oliveira, 2011, p.166).

Imagem 6- Grupo de Caxambu Mirim.



Fonte: foto Luiz Gonçalves.

Disponível: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/grupo-de-caxambu-mirim-guarda-tradicao-ancestral-em-quilombo-de-vargem-alta>- Acesso em abr. de 2025.

A constituição de grupos de jongo/caxambu mirim é uma das formas de preservação dessa expressão cultural cujas raízes tem dialogado com a tradição e incluído crianças e jovens como parte desse processo (Mardgan, 2016).

Como é possível lermos por meio das fotografias apresentadas, a preservação cultural tem grande importância na comunidade, pois mostra a cultura negra que resiste e mantém a tradição. Isso ocorre através das mulheres, crianças e adolescentes. O objetivo é apresentar as músicas e instrumentos que compõe a dança mantendo a tradição. No caso da comunidade quilombola aqui estudada, este processo de valorização/visibilização cultural se faz presente por meio do caxambu.

Imagem 7- Festival de Caxambu. 2021.



Fonte: <https://diaadiaes.com.br/caxambu-tambores-voltam-a-bater-em-festival-de-pedra-branca-em-vargem-alta/>

Para mais, tal preocupação na valorização de elementos da cultura afro-brasileira na comunidade de Pedra Branca também pode ser encontrada na fala das pessoas aqui entrevistadas. Na resposta de Carolina de Jesus tal realidade se faz presente uma vez que ela chama atenção para o pouco investimento durante muito tempo por parte do poder público. A partir da presença de duas

pesquisadoras esse quadro começou a mudar quando projetos foram escritos e premiados e a comunidade quilombola de Pedra Branca passou a ser vista. Resposta análoga pode ser encontrada também na entrevista de Tereza de Benguela ao informar que muito do que se tem hoje foi fruto de articulação de seu filho Alex Ravera que era produtor cultural, mas faleceu em 2019.

No ano de 2018, o filme “A Viagem do Seu Arlindo”, da Comunidade Quilombola de Pedra Branca no município de Vargem Alta foi um dos selecionados da Mostra Cinema dos Quilombos. Depois do lançamento do filme foi criada a ação chamada o Dia Q (Dia do Quilombo). Assim, todo dia 20 de cada mês é dedicado a dançar o caxambu e relembrar antigas tradições, como a sopa e os bolinhos de banana.

Imagem 8- A Viagem do Seu Arlindo.



Fonte: <https://www.revelandoosbrasis.com.br/tradicoes-quilombolas-resgatadas-durante-gravacoes-em-vargem-alta-es/>

Neste caso, tanto a produção e a seleção do filme em uma mostra em nível nacional como a iniciativa do “dia Q” nos dão mostras dos mecanismos de afirmação de uma identidade e aspectos culturais que remontam (de modo resignificado e contextualizado a uma nova realidade da vivência dos afrodescendentes no Brasil) a revalorização da “cultura negra” em suas mais variadas faces e facetas. Lembrando da necessária articulação entre essas comunidades e o poder público para a garantia de direitos e melhores condições de existência nesses espaços que, até o seu reconhecimento como uma comunidade quilombola, não raro era negligenciado por prefeituras e políticas públicas estaduais. Não é incomum o caso de áreas quilombolas sem assistência médica, escolas, vias e acesso e/ou transporte público precário e inadequado.

Conclusão

Essa realidade de luta e de ações para a afirmação e a melhoria das condições de vida da comunidade pode ser igualmente vista na “nuvem de palavras” produzida a partir das respostas dos entrevistados (vide pág.78 da dissertação). Assim, predominaram na escolha das palavras dos entrevistados em suas falas termos como “resistência”, “direito”, “quilombola”, “tradição” e “memória”.

Foi possível perceber que a resistência realizada a partir da cultura é de suma importância para esta comunidade. Isso explica a reativação do grupo de dança, a constituição do grupo mirim e a participação da juventude. A identidade se fortalece cada vez que se apresentam dentro ou fora da cidade. Dessa forma, vão se relacionando socialmente e construindo novos laços de solidariedade e pertencimento a partir das interações e da lembrança e ressignificação de práticas históricas que nos remetem aos quilombos e suas formas de vida. Sendo tais identidades do grupo adaptada de acordo com o contexto que é influenciado por discursos, imagens e narrativas. Existe uma busca constante pela revalorização e afirmação da própria história. A comunidade passou muito tempo sem estar organizada formalmente e, na medida que, foi adquirindo contatos com outros grupos percebeu que precisava se juntar, reconstruir memórias coletivamente, pois essa seria uma saída para ter força e apoio de outras comunidades.

Ainda que exista um grande número de comunidades remanescentes de quilombos certificadas, isso ainda é aquém da existência dos grupos e também não significa que possam contar com um reconhecimento oficial de sua cultura e identidade. As comunidades sofrem perseguições constantes das grandes empresas e latifundiários que permanecem tentando tomar suas terras. A forma de lidar com a produção coletiva, as relações sociais comunitárias e a valorização positiva de traços culturais ressalta a importância da categoria “território” a esses sujeitos carregados de significações identitárias.

A segunda questão está relacionada à invisibilidade de quem era tratado como “coisa” e precisava não ser visto para conseguir sobreviver, mas atualmente, essas comunidades precisam mostrar sua organização, e dessa forma continuar reivindicando seu direito a terra e a existência. A comunidade de Pedra Branca tem apenas uma escola de ensino fundamental, problemas de infraestrutura, estradas com transporte ruim. Para quem não vivencia o mesmo processo torna-se difícil compreender a importância do território, a forma comunal de se relacionar com a terra, a produção coletiva, a religiosidade, entre outras características.

O mapeamento social é feito a partir das memórias vivas de quem conhece a realidade atual, o contexto histórico, cultural trabalhando os costumes da região a partir do entendimento deles da importância de suas falas, das diretrizes internas de organização, no reconhecimento de demandas importantes e na reivindicação de ações para a melhoria da qualidade de vida. Quando da utilização de mapas, utilizamos o conceito de cartografia social aqui vista como ação que busca compreender e representar os movimentos

insurgentes expressos nas lutas da vida cotidiana e desejos da população. O mapa não tem a função apenas de ilustração do texto, mas sim como suporte das memórias e do território usado como forma de representação da ação dos movimentos sociais e grupos que lutam para permanecer nesses lugares, que fala do cotidiano, que convida para conhecer as manifestações culturais lá desenvolvidas, que mostra as contradições, fragmentações e segregações socioespaciais vividas. É um tipo de cartografia que mapeia e vê beleza no que antes era desprezado criando novas categorias metodológicas que valorizam as pessoas consideradas comuns (Ribeiro et al, 2004).

Por fim é preciso superar as dificuldades vivenciadas pela comunidade para que as mudanças ocorram de fato. Entre elas, é possível citar a necessidade de superar a dependência de terras arrendadas para produtores externos limita a capacidade da comunidade para garantir sua autonomia econômica. Além disso, a exploração do mármore, embora seja uma fonte importante de empregos, traz preocupações ambientais que podem comprometer a sustentabilidade a longo prazo (Sampaio, 2019). Ter o apoio da prefeitura para fazer do caxambu uma prática constante que gera renda para a comunidade. Dar continuidade de projetos educacionais que utilizam a Lei 10.639/2003 e tem servido para incentivar a comunidade a trabalhar a preservação de sua história. Dar continuidade da realização de eventos culturais e o uso de mídias digitais para mostrar a preservação e divulgação das tradições, como a dança do caxambu, e estimular a luta por reconhecimento e respeito. Dar continuidade da comunidade em projetos educacionais e culturais, como o Literalta (Festa Literária de Vargem Alta) como parte desse fortalecimento.



O objetivo desta pesquisa foi reforçar a importância da continuidade dos estudos sobre as lutas e resistências das comunidades quilombolas. São poucos os estudos sobre as comunidades quilombolas, especialmente em relação à questão da terra, identidade e preservação cultural. Lutar pela preservação da terra, pela manutenção da cultura não é tarefa apenas da comunidade quilombola, mas também de toda a sociedade que se preocupa com o fim da desigualdade.

Referências

FARRUTI, J. M. A. Apresentação: uma visão da conjuntura quilombola. *Tempo e Presença*, v.3, n. 11, jul. 2008. Disponível em: <https://unicamp.academia.edu/Jos%C3%A9Maur%C3%ADcioArruti> Acesso em: dez. de 2024.

AUGÉ, M. *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris, Aubier. 1994.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015*. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso em: jan. 2023.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: jan. de 2023.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Regularização de Território Quilombola Perguntas & Respostas. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: jan. 2023.

_____. Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001. Estabelece as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Câmara dos Deputados. Brasília. 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3912-10-setembro-2001-395404-norma-pe.html>. Acesso em: jan. 2023.

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FURTADO, M. B., SUCUPIRA, R. L., & ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da Psicologia Cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), 106-115. 2014.

GASPARINI, D. Direito Administrativo. Imprensa: São Paulo/ Saraiva, 2003.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 10 set. 2025.

MARDGAN, J. C. R. Novos horizontes – análise do grupo “Caxambu do Horizonte”, na perspectiva da memória e pertencimento do patrimônio imaterial

brasileiro. 2016. Revista Confluências Culturais, 5 (2), 79–94. Disponível em: <https://doi.org/10.21726/rcc.v5i2.375>. Acesso em: 19/07/2015.

MARQUES, C. E. Remanescentes das Comunidades de Quilombos, da ressignificação ao imperativo legal. Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

MOURA, C. História do Negro Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

OLIVEIRA, O M. de. O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS–UFSC, Florianópolis.

RIBEIRO, M. Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010). Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.

SAMPAIO, M. O. de. “Olhares sobre o currículo e práticas pedagógicas na escola da comunidade quilombola Pedra Branca”: o ensinar e o aprender história e cultura afro-brasileira e africana. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores). Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores. Universidade Federal do Espírito Santo: Alegre, 2019.

THOMAZINI, D. C. D. Comunidade Quilombola de Pedra Branca História, Resistência e Identidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2024.

Fontes fotográficas

Prefeitura de Vargem Alta. Disponível em: <https://www.vargemalta.es.gov.br/secretaria/popup/3>.

Secretaria Estadual de Direitos Humanos. 2021. <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/equipe-da-sedh-vivencia-experiencia-de-um-dia-na-comunidade-quilombola-em-vargem-alta>

Secretaria Estadual de 2024. Disponível: <https://www.es.gov.br/Noticia/mulheres-quilombolas-de-vargem-alta-apresentam-trabalho-cenico-nesta-sexta-feira-22>. Acesso em abr. de 2025.

Jornal Dia a Dia ES. <https://www.revelandoosbrasis.com.br/tradicoes-quilombolas-resgatadas-durante-gravacoes-em-vargem-alta-es/>

Jornal Dia a Dia ES. <https://diaadiaes.com.br/caxambu-tambores-voltam-a-bater-em-festival-de-pedra-branca-em-vargem-alta/>

Jornal A Gazeta. Foto de Luiz Gonçalves. Disponível: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/grupo-de-caxambu-mirim-guarda-tradicao-ancestral-em-quilombo-de-vargem-alta>

Jornal A Gazeta. Foto de Victor Hugo Amorim.

Lista de siglas

CF - Constituição Federal

CEAFRO-VA - Coordenação de Estudos da Cultura Africana e Afro-brasileira de Vargem Alta

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

FCP - Fundação Cultural Palmares

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEAG - Secretaria de Estado de Agricultura

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Os autores

Salomé Ramos de Sá

Mulher Negra, ativista do Movimento Negro do Espírito Santo, pedagoga na Prefeitura Municipal de Cariacica, recebeu a comenda Padre Gabriel da Câmara Municipal de Cariacica por reconhecimento a sua trajetória e dedicação no enfrentamento a pobreza e desigualdade social no município de Cariacica. Já atuou como professora de História na rede pública estadual, designação temporária nos anos 1988 a 1990. Atuou como educadora social no IESBEM no Projeto de Meninas e Meninos em situação de rua em Vitória nos anos de 1991 a 1992. Ingressou na rede pública estadual como servidora estatutária em 1996 no cargo de pedagoga. Formada em Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Diretora da pasta das Relações Étnico-Raciais do Sindicato da Rede Pública do Espírito Santo (SINDIUPES). Foi coordenadora da pauta da diversidade na Secretaria Municipal de Educação do Município de Cariacica. Esteve Presidenta do Conselho Municipal de Enfrentamento a Discriminação e Preconceito a População LGBTI. Atuou como Conselheira Municipal de Educação, também no Conselho Municipal de Turismo e Conselho Étnico-racial, todos na cidade de Cariacica. Atualmente contribui como ativista na Comunidade Quilombola de Pedra Branca no município de Vargem Alta (ES).



André Luís Lima Nogueira

É graduado em História pela UERJ; Mestre em História Social pela UFF; Doutor em História das Ciências e da Saúde (FIOCRUZ); Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2014-2015) e FIOCRUZ (2017-2020).



Suas pesquisas versam sobre Saúde x Escravidão, com ênfase nas práticas de cura engendradas por africanos e seus descendentes (século XVIII), história das práticas e saberes médicos (séculos XVIII e XIX) e a passagem da epidemia de cólera no século XIX.

Atualmente atua como docente no Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert – ISEPAM/FAETEC e no Programa de Mestrado Profissional do Centro Universitário Vale do Cricaré – S. Mateus/ES.

É autor das obras Entre cirurgiões, tambores e ervas. Calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII) (Garamond, 2016); da organização de livros e dossiês, como Coleção de Observações Clínicas (Edições Colibri, 2019); Uma História Brasileira das Doenças V. 11 (Fino Traço, 2022), V.12 (Fino Traço, 2023); Vol. 13 (Identidade Editorial, on line, 2024); Artes de curar: doenças em perspectiva (Milfontes, 2019), além de artigos e capítulos em livros.

ISBN: 978-65-6013-153-8

DIÁLOGO
EDITORIAL